



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015 /2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001 /2026 TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE	
OBJETO: A presente licitação tem por objeto: Aquisição de equipamentos e mobiliário destinados à implantação do Posto de Identificação da Polícia Civil no Município de Tiros/MG, em cumprimento ao Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2026/IDENT/PCMG e ao Plano de Trabalho nº 130664354/2026	
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00 do dia 13/05/2026 até às 08h00 do dia 01/06/2026	ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08h00 do dia 01/06/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: A partir das 08:30 horas do dia 01/06/2026	MODO DE DISPUTA: Aberto.
SITE PARA A REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br	FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS / ENCAMINHAMENTOS / ESCLARECIMENTOS / PEDIDOS: Endereço: Av. José Ferreira Capetinga, 813 - Centro, Tiros - MG, 38880-000 - Setor de Licitações. Aos cuidados do (a) Agente de Contratação (a). Telefone: (34) 3853-2703 camaratiros@yahoo.com.br
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília –DF.	
CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: Nos sites www.licitanet.com.br e https://camaratiros.mg.gov.br/	
O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um) centavo.	



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015 /2026 **PREGÃO ELETRÔNICO 001/2026** **TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE**

A Câmara Municipal de Tiros/MG torna público, para conhecimento dos interessados, que às 08:30 horas do dia 01 de junho de 2026, no portal eletrônico Licitanet (www.licitanet.com.br), será realizado o procedimento licitatório nº 09/2026, pregão 01/2026, na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço POR LOTE, modo de disputa aberto, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento convocatório e em seus anexos. O certame será conduzido pelo Agente de Contratação oficialmente designado.

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de equipamentos e mobiliário destinados à implantação do Posto de Identificação da Polícia Civil no Município de Tiros/MG, em cumprimento ao Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2026/IDENT/PCMG e ao Plano de Trabalho nº 130664354/2026, conforme descrito e especificado no Termo de Referência – anexo I, deste instrumento convocatório.

1.2. Em caso de discrepância entre as especificações deste objeto descritas no sistema Licitanet e as constantes deste edital, prevalecerão as constantes deste edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Não poderão participar desta licitação os interessados que:

- 2.1 Se encontrarem em processo de falência, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação.
- 2.2 Estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal, tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 2.3 Sejam estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.
- 2.4 Seja autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
- 2.5 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.6 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

- 2.7 Mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 2.8 A vedação do item anterior se estende para eventuais empresas subcontratadas.
- 2.9 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 2.10 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
- 2.11 O licitante interessado deverá encaminhar proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando então se encerrará automaticamente a etapa de envio da proposta.
- 2.12 O licitante interessado poderá enviar os documentos de habilitação exigidos no edital concomitantemente com a proposta.
- 2.13 O licitante deverá consignar na forma expressa no sistema eletrônico o valor total ofertado para cada lote já inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
- 2.14 O licitante deverá fazer em campo próprio do sistema eletrônico a descrição detalhada do produto ofertado ou colocar a expressão "de acordo com o edital".
- 2.15 O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital e que observa a proibição prevista no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, sob pena de inabilitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em tópico específico deste edital.
- 2.16 O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.
- 2.17 Declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



- 2.18 Todas as propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
- 2.19 Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.
- 2.20 Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
- 2.21 As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.
- 2.22 Este certame é destinado à livre concorrência.

3. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do Pregão Eletrônico, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

3.1.1. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até **terceiro dia útil** que anteceder à data de realização do Pregão Eletrônico. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação.

3.2 Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, se for o caso.

3.3 Os pedidos de esclarecimento deverão ser enviados até o terceiro dia útil que anteceder a data fixada para a abertura da sessão pública exclusivamente via internet, para o endereço eletrônico camaratiros@yahoo.com.br

3.4 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4. DO CADASTRO E CREDENCIAMENTO

4.1. A licitante deverá se cadastrar como usuária perante o provedor do sistema eletrônico utilizado no certame, **Licitanet (www.licitanet.com.br)**, sendo observado o seguinte:

- a) O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.
- b) A chave de identificação e senha serão utilizadas em qualquer pregão eletrônico.
- c) Deverão comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



d) A senha de acesso é de responsabilidade exclusiva do usuário, não cabendo ao provedor do sistema eletrônico Licitanet ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

e) Deverão solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

4.2. O cadastro no sistema Licitanet deverá ser feito no sítio **www.licitanet.com.br**, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.6. A participação no certame dar-se-á por meio do sistema eletrônico Licitanet, mediante credenciamento prévio do licitante e de seu representante perante a plataforma, dispensada a apresentação, na sessão pública, de credenciamento físico, procuração com firma reconhecida ou documento presencial específico, sem prejuízo da responsabilidade do licitante pelos atos praticados em seu nome no sistema.

4.7. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente de eventuais perdas diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.8. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data acima mencionada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

5. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



5.1. Após a publicação do edital, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

- a) A etapa de que trata o item 5.1 será encerrada com a abertura da sessão pública.
- b) O envio da proposta, nos termos do disposto no item 5.1, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- c) O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.
- d) Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- e) Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público somente após o encerramento do envio de lances.
- f) Os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de, no mínimo, duas horas, contado da solicitação no sistema pelo Agente de Contratação.
- g) Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- h) Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto ao certame.

6. DA PROPOSTA COMERCIAL

6.1. São requisitos da proposta de preço:

- a) Ser apresentada em língua portuguesa, contendo o número e a modalidade da licitação deste Edital, devendo preferencialmente, conter razão social, CNPJ, endereço, número de telefone, número de fax da empresa licitante e dados bancários.
- b) Conter a assinatura do responsável legal da empresa ou representante devidamente qualificado.
- c) Ser elaborada, preferencialmente, nos moldes do **ANEXO III** deste edital.
- d) conter o prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias contados da data-limite prevista para entrega das propostas.

6.2. No preço proposto, que constituirá a única e completa remuneração, deverão ser computados o lucro e todos os custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras obrigações inerentes ao fornecimento dos itens, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título.

6.3. As propostas cadastradas pelos licitantes no sistema eletrônico que



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



descumprirem as exigências do edital quanto à forma de sua apresentação e/ou apresentarem erros que prejudiquem a oferta de lances e o caráter competitivo do certame, também serão desclassificadas mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação.

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação, no sistema Licitanet no prazo de 02 (duas) horas, contados da notificação via sistema.

7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.
 - b.1) No caso de sociedades por ações, deverá estar acompanhado da documentação de eleição de seus administradores.
 - b.2) O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores, ainda não consolidadas.
- c) Em se tratando de Micro Empreendedor Individual – MEI, o Contrato Social ou Estatuto poderá ser substituído pelo Certificado da Condição de Micro Empreendedor Individual – CCMEI.
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão ou entidade competente.
- e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

7.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação.
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014.
- c) Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade.
- d) Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, referente ao domicílio da empresa.
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), provando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

7.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA E DECLARAÇÕES:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



7.4.1. Certidão de Falência emitida por órgão competente com data de emissão de até 3 (três) meses da data de abertura da sessão, quando ausente indicação expressa de prazo de validade na certidão.

7.4.1.1. No caso de certidão de recuperação judicial positiva, a licitante deverá, juntamente da certidão, sob pena de inabilitação, apresentar comprovação de que o plano de recuperação expressamente prevê a participação da empresa em contratações públicas, bem como que referido plano foi homologado judicialmente.

7.4.2. Declaração de Cumprimento do Inciso XXXIII, do Art. 7º, da Constituição Federal
(Anexo IV).

7.4.3. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas, devendo utilizar o modelo **anexo VII** a este edital.

7.4.4. Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos eventuais termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

7.4.5. Havendo a necessidade de envio de documentos para a confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, ou, ainda, de envio de documentos não juntados, mas que comprovem que o licitante atende às condições de aceitabilidade da proposta e de habilitação, o licitante será convocado a encaminhá-los, via sistema eletrônico, no prazo fixado pelo Agente de Contratação, sob pena de desclassificação ou de inabilitação, prazo durante o qual, a sessão será suspensa.

7.4.6. O Agente de Contratação poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

7.4.7 O Agente de Contratação poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

7.4.8. As declarações exigidas neste edital poderão ser supridas mediante manifestação expressa do licitante no chat do sistema Licitanet.

7.4.9. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.4.10. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



respectivo, observando-se que:

- a) se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.
- ou
- b) se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.
- c) se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente.
- d) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo Agente de Contratação com a utilização de chave de acesso e senha.

- a) Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de chave de acesso e senha.
- b) O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

9. CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

- 9.1. O sistema ordenará automaticamente as propostas.
- 9.2. O Agente de Contratação dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

10. MODOS DE DISPUTA

10.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o seguinte modo de disputa:

I. Aberto: os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

10.1.1. No modo de disputa aberto, o edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

11. MODO DE DISPUTA ABERTO

11.1. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



11.1.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.1.2. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 11.1 e 11.1.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

11.1.3. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do item 11.1.1, o Agente de Contratação, poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

11.2. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), será assegurado o reinício da disputa aberta, para definição das demais colocações.

11.3. O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

11.4. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato, da nova data e horário aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

12. LANCES INTERMEDIÁRIOS

12.1. Serão considerados lances intermediários:

12.1.1. iguais ou inferiores ao maior já ofertado, quando adotado o critério de julgamento de maior lance.

12.1.2. iguais ou superiores ao menor já ofertado, quando adotados os demais critérios de julgamento.

13. DESCONEXÃO DO SISTEMA DURANTE A ETAPA DE LANCES

13.1. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Agente de Contratação no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

13.2. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, da nova data e horário aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação do instrumento convocatório.

14. CRITÉRIOS DE DESEMPATE



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



14.1. Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa – ME, micro empreendedor individual (MEI) ou empresa de pequeno porte – EPP e houver proposta apresentada por ME, MEI ou EPP até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº. 123/2006.

14.1.1. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

14.1.1.1. A ME, MEI ou a EPP mais bem classificada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de desempate.

14.1.1.2. Apresentada nova proposta, nos termos do subitem anterior e atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão.

14.1.1.3. Não sendo vencedora a ME, MEI ou EPP mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME, MEI e EPP remanescentes cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no *caput* desta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

14.1.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME, MEI e EPP que se encontrarem no limite estabelecido no *caput* desta condição, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta classificada em 1º lugar na etapa de lances.

14.3. Será considerado vencedor, o licitante que ao final da disputa de lances, observadas as disposições da Lei Complementar nº 123/2006, ofertar o MENOR PREÇO POR LOTE.

14.4. Será desclassificada:

- a) a proposta que não atender às exigências deste edital.
- b) a proposta que apresentar preço excessivo ou manifestamente inexequível.

14.5. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada no sistema eletrônico, contendo o registro das propostas apresentadas, dos lances, da análise da habilitação, das negociações realizadas, dos recursos eventualmente interpostos e dos demais atos praticados no certame.

14.6. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo toda e qualquer informação, acerca do objeto, ser esclarecida previamente junto ao Agente de Contratação.

14.7. Caso haja necessidade de adiamento ou suspensão da sessão pública, a nova



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



data e horário para continuidade dos trabalhos serão informados no sistema eletrônico e, quando cabível, no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal.

15. NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

15.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

15.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

15.1.2. O licitante melhor classificado terá o prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do Agente de Contratação no sistema, para envio da proposta adequada ao último lance ofertado e, se necessário, dos documentos complementares exigidos para confirmação da proposta e da habilitação.

16. JULGAMENTO DA PROPOSTA

16.1. Encerrada a etapa de negociação o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado da contratação, observadas as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.1.1. A documentação de habilitação será analisada com base nos documentos encaminhados no sistema eletrônico, podendo o Agente de Contratação solicitar documentos complementares, diligências e esclarecimentos, no prazo que fixar, desde que não haja alteração da substância da proposta ou da habilitação.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

17.1. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

17.2. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

17.3. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

17.4. Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



17.5. As ME, MEI e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

17.5.1. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública.

17.5.2. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal e trabalhista dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Agente de Contratação.

17.5.3. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos cinco dias úteis inicialmente concedidos.

17.5.4. A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

17.6. Todos os documentos deverão ter vigência até o dia previsto para realização do pregão eletrônico, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição, ressalvadas as exceções previstas no edital.

17.7. Se o detentor da melhor proposta desatender às exigências previstas neste Edital, será inabilitado, e o Agente de Contratação examinará as ofertas subsequentes e procederá à habilitação do licitante seguinte, na ordem de classificação, repetindo esse procedimento, sucessivamente, se necessário, até apuração de uma proposta que atenda ao Edital, para declarar o licitante vencedor.

17.8. O Agente de Contratação negociará diretamente com o proponente, para obtenção de melhor preço.

18. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

18.1. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação proclamará a vencedora, abrindo a seguir, prazo de 15 (quinze) minutos, para que as licitantes manifestem de forma imediata e motivadamente, em campo próprio do sistema eletrônico, a intenção de interpor recurso, sob pena de decadência do direito.

18.2. Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação do licitante, ou baseada em fatos genéricos.

18.3. O Agente de Contratação examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema eletrônico.

18.4. Constará na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestar-se



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, após o término do prazo da recorrente.

18.5. É franqueada aos interessados, vista aos autos do processo, através do sistema Licitanet.

18.6. Tendo a licitante manifestado, motivadamente, a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, terá ela o prazo de 03 (três) dias úteis, para apresentação das razões de recurso.

18.7. As demais licitantes, já intimadas na sessão pública supracitada, terão o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, no sistema Licitanet.

18.8. As razões e contrarrazões do recurso deverão ser encaminhadas ao Agente de Contratação, por meio eletrônico, no provedor do sistema Licitanet.

18.9. O início da contagem dos prazos, bem como seu término, dar-se-á sempre em dias úteis.

18.10. A falta de apresentação das razões recursais, no prazo legal, importará decadência do direito de recurso, culminando com a adjudicação do objeto ao licitante vencedor, observado o regular processamento do certame.

18.11. O acolhimento do recurso importará a invalidação, apenas, dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.12. A decisão proferida em grau de recurso será definitiva na esfera administrativa e dela dar-se-á conhecimento por meio do sistema eletrônico, do sítio oficial da Câmara Municipal e dos demais meios de divulgação oficialmente adotados.

18.13. O recurso será dirigido ao Agente de Contratação que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.14. Não serão conhecidas as contrarrazões a recursos intempestivamente apresentadas.

19. DO CONTRATO

19.1. Após homologado o resultado do certame, a Administração convocará a licitante vencedora, durante a validade de sua proposta, para assinatura do instrumento contratual, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da comunicação formal por meio eletrônico ou outro meio idôneo, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

19.1.1. Alternativamente à convocação direta, a Administração poderá encaminhar o instrumento contratual para assinatura por meio eletrônico ou outro meio formal que assegure a



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



ciência do convocado.

19.2. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

19.3. É facultado ao Agente de Contratação, caso o adjudicatário quando convocado não assinar o termo de contrato, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo, após negociação, aceitação da proposta e comprovação dos requisitos de habilitação.

19.4. O contrato a ser firmado com o licitante adjudicatário incluirá as condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos, necessárias à fiel execução do objeto desta licitação.

19.5. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente de órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

20. DO RECEBIMENTO

20.1. Os materiais deverão ser entregues na sede da Câmara Municipal de Tiros/MG, ou em outro local formalmente indicado pela contratante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente, salvo disposição expressa diversa em documento específico da contratação.

20.2. Concluída a entrega, o recebimento provisório ocorrerá mediante conferência quantitativa e formal pelo fiscal ou comissão designada, seguindo-se o recebimento definitivo após a verificação da conformidade técnica, qualitativa e funcional do objeto, nos termos do Termo de Referência e do contrato.

20.3. A nota fiscal/fatura, sem rasuras, deverá ser emitida em nome da Câmara Municipal de Tiros/MG e entregue juntamente com o objeto, acompanhada dos documentos exigidos para o recebimento e pagamento.

21. DOS ENCARGOS

21.1. Incumbe à Contratante:

- Conferir as especificações e receber o material objeto deste edital.
- Efetuar o pagamento à licitante vencedora, conforme Nota de Empenho.

21.2. Incumbe à Licitante vencedora:

- Entregar os produtos, por sua exclusiva conta e responsabilidade, em



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



perfeitas condições, na sede da Câmara Municipal de Tiros/MG, ou em outro local formalmente indicado pela contratante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente.

- Substituir, reparar, complementar ou corrigir, às suas expensas e no prazo fixado pela Administração, o bem que for entregue com avaria, defeito, incompatibilidade, vício, irregularidade ou desconformidade com o edital, o Termo de Referência, a proposta vencedora ou o contrato.

22. DA EXECUÇÃO

22.1. A Licitante vencedora fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas quantidades do material objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato ou da Nota de Empenho, conforme o caso.

23. DO PREÇO E DO PAGAMENTO

23.1. Os materiais objeto do presente edital serão fornecidos pelo preço constante na proposta da licitante vencedora.

23.2. O pagamento será realizado em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias, contados da liquidação regular da despesa, mediante a apresentação da nota fiscal.

23.3. A liquidação da despesa deverá ocorrer em até 10 (dez) dias a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

23.3.1. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, suspenderá os prazos de liquidação.

24. DAS PENALIDADES

24.1. Constituem infrações administrativas, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo de outras hipóteses legalmente previstas:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato.

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

III - dar causa à inexecução total do contrato.

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

24.1.1. Para os fins deste edital e do futuro contrato, poderão caracterizar as infrações acima, conforme o caso concreto, especialmente as seguintes condutas: atraso injustificado na entrega; entrega em desacordo com as especificações técnicas; não substituição de item recusado; não apresentação de manuais, catálogos, certificados, garantias ou documentos exigidos; não manutenção das condições de habilitação; embaraço à fiscalização; recusa injustificada em assinar o contrato; apresentação de proposta inexequível sem demonstração de exequibilidade quando exigida; e descumprimento das obrigações de garantia, assistência técnica, instalação, montagem, configuração ou suporte eventualmente previstas no Termo de Referência e no contrato.

24.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas neste item ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções, observados os arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021, o contraditório e a ampla defesa:

I - advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nas hipóteses legalmente cabíveis;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nas hipóteses legalmente cabíveis.

24.3. A multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente com outras sanções e observará, preferencialmente, os seguintes parâmetros:

a) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento);

b) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação ou da contratação, no caso de recusa injustificada em assinar o contrato ou em aceitar/retirar o instrumento equivalente;

c) multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou sobre o valor total do contrato, conforme a gravidade da infração, nos casos de inexecução parcial, inexecução total ou entrega do objeto em desacordo com as especificações contratadas.

24.4. A aplicação das sanções observará a natureza e a gravidade da infração, os danos causados à Administração, as circunstâncias agravantes e atenuantes, os antecedentes do infrator e a proporcionalidade da medida adotada.

24.5. O pagamento da multa não exime a contratada do dever de reparar integralmente os prejuízos causados à Administração nem da obrigação de cumprir o objeto contratado.

25. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta da dotação orçamentária nº:

4.4.90.52.00

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



apresentação de documentação referente ao presente Edital.

26.2. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

26.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na Câmara.

26.4. O Presidente da Câmara Municipal poderá revogar a presente licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

26.5. É facultado ao Agente de Contratação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

26.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

26.7. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da aquisição.

26.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará, por si só, direito adquirido à contratação, que dependerá da convocação regular, da manutenção das condições de habilitação e da conveniência administrativa, observado o interesse público.

26.9. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

26.10. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o juízo da Comarca de Tiros/MG.

26.11. Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário, anteriormente estabelecidos.

26.12. Cópias do Edital e seus anexos serão fornecidas, gratuitamente, por meio eletrônico, no provedor do sistema Licitanet, pelo site <https://camaratiros.mg.gov.br/> ou e-mail: camaratiros@yahoo.com.br

26.13. Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



Edital deverão ser objeto de consulta, ao Agente de Contratação na Câmara Municipal, por meio eletrônico, em formulário específico do provedor do sistema Licitanet.

Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (34) 3853-2703 ou através do E-mail: camaratiros@yahoo.com.br

26.14. Os casos omissos serão resolvidos pelo Agente de Contratação.

26.15. Fazem parte integrante deste Edital:

- ANEXO I – Termo de Referência.
- ANEXO II - Declaração de não de não parentesco.
- ANEXO III - Planilha de Apresentação de Propostas.
- ANEXO IV – Modelo de Declaração que não emprega menor, art. 7º inciso XXXIII constituição Federal.
- ANEXO V – Minuta de Contrato de fornecimento.
- ANEXO VI – Modelo de Declaração de Integralidade dos custos.
- ANEXO VII – Modelo de Declaração de Reserva de Cargos para Pessoa com deficiência e para a reabilitação da previdência social.
- ANEXO VIII – Modelo de Declaração de que pode usufruir dos benefícios de ME e EPP.

Tiros, 12 de maio de 2026.

MARCOS ROBERTO DE LIMA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA **(Art. 40, §1º e inciso XXIII do caput do art. 6º da** **Lei 14.133/21)**

1. Objeto

Constitui objeto do presente Termo de Referência a **aquisição de equipamentos e mobiliário destinados à implantação do Posto de Identificação da Polícia Civil no Município de Tiros/MG**, em atendimento ao Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2026/IDENT/PCMG e ao Plano de Trabalho PCMG/SPGF/DCC/CONVÊNIOS nº 130664354/2026, compreendendo os itens abaixo relacionados, todos novos, sem uso anterior, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados dos acessórios indispensáveis ao uso regular e imediato.

O objeto será adjudicado **POR LOTE**, observando-se a natureza comum dos bens, a possibilidade de definição objetiva de desempenho e qualidade e a necessidade de preservação da compatibilidade técnica com a solução homologada para o Posto de Identificação. A Lei 14.133 trata o pregão como modalidade obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns e admite a indicação de marcas ou modelos desde que formalmente justificada.

2. Fundamentação e justificativa da contratação

A contratação decorre diretamente do Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2026/IDENT/PCMG, firmado entre a Câmara Municipal de Tiros e a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, cujo objeto é otimizar a prestação dos serviços de identificação civil na cidade de Tiros/MG. O respectivo Plano de Trabalho estabelece como objetivo a implantação de Posto de Identificação no Município, com utilização de equipamentos e sistemas informatizados necessários ao exercício das funções de identificação civil.

O cronograma de execução do plano prevê os bens materiais necessários ao funcionamento do posto, dentre eles equipamentos de informática, impressora com scanner, móveis de escritório, câmera fotográfica, fonte externa e cabo USB, leitor biométrico, kit flash, pad de assinatura e suporte com banqueta e fundo/biombo. O item 5.1 dispõe que, **exceto a etapa 12**, os itens devem ser compatíveis com o sistema utilizado pela empresa Valid S/A e adquiridos dentre os equipamentos homologados do Anexo I. Já o item 5.1.1 registra que esses equipamentos são necessários e imprescindíveis para a conexão aos sistemas e para o alcance dos resultados técnicos definidos para a emissão centralizada da carteira de identidade em Minas Gerais.

O Anexo I explicita as referências homologadas: desktop com configuração mínima definida, monitor Dell 23.8 S2421HN e LG 23.8 24BH650U, ou similar compatível, câmera Canon Rebel T7 ou T100 com fonte de energia ACK-E10, leitor biométrico Akiyama Kojak-AK ou Cogent 3M CS500e, pad de assinatura Akiyama AK560, flash auxiliar Mako ID Bio, nobreak SMS 1200va, miniestúdio com painel antirreflexo e banqueta, impressora com scanner mínimo de 500 dpi e conjunto de mobiliário. O TR, portanto, deve traduzir essas referências em especificações suficientemente claras para o edital, sem restrição indevida de competitividade e sem perda da compatibilidade técnica exigida pela origem do processo.

3. Delimitação do objeto deste certame

Este certame abrangerá **somente os 13 itens já definidos nas peças preparatórias e efetivamente orçados na cotação de preços**:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



LOTE 01: EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA GERAL *(Itens de prateleira comuns no varejo de tecnologia)*

- Item 1 – Desktop
- Item 2 – Monitor Full HD
- Item 3 – Mouse óptico USB com fio
- Item 4 – Teclado padrão ABNT2
- Item 5 – Impressora multifuncional
- Item 13 – Nobreak 1200VA

LOTE 02: EQUIPAMENTOS DE CAPTURA BIOMÉTRICA E FOTOGRÁFICA *(Itens restritos com exigência de compatibilidade sistêmica)*

- Item 8 – Câmera digital (Referência: Canon Rebel T7/T100)
- Item 9 – Leitor biométrico (Referência: Akiyama Kojak-AK ou Cogent CS500e)
- Item 10 – Kit flash (Referência: Mako ID Bio)
- Item 11 – Pad de assinatura (Referência: Akiyama AK560)
- Item 12 – Miniestúdio com painel antirreflexo e banqueta

LOTE 03: MOBILIÁRIO ADMINISTRATIVO *(Itens de marcenaria/escritório)*

- Item 6 – Mesa estação de trabalho em formato L
- Item 7 – Cadeira giratória de escritório com braços

Não integram este certame a licença de software de captura e os insumos tipográficos.

4. Descrição detalhada dos itens

Item 1 – Desktop

Quantidade: 01 unidade.

Desktop novo, sem uso anterior, destinado à estação de digitalização/captura do Posto de Identificação, devendo atender, no mínimo, às seguintes características:

a) processador **Intel Core i5 de, no mínimo, 12ª geração**, ou **Intel Core i7 de, no mínimo, 10ª geração**, ou **Intel Core i9 de, no mínimo, 10ª geração**;

b) memória RAM mínima de **8 GB**;

c) unidade de armazenamento em **SSD de, no mínimo, 240 GB**;

d) sistema operacional **Windows 10 Pro 64 bits**, admitida versão superior compatível com os softwares e periféricos do posto;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



- e) placa/controladora de rede compatível com padrão Ethernet;
- f) saídas de vídeo compatíveis com o monitor ofertado;
- g) portas USB suficientes para operação conjunta com mouse, teclado, câmera, leitor biométrico, pad de assinatura e demais periféricos necessários ao posto;
- h) gabinete, fonte de alimentação, cabos e acessórios necessários ao pleno funcionamento;
- i) equipamento apto a operar em compatibilidade com a solução técnica do Posto de Identificação.

A descrição acima adota, em linguagem de edital, o padrão mínimo indicado no Anexo I do Plano de Trabalho, deixando claro ao fornecedor que não basta um computador genérico de escritório: é necessário equipamento compatível com a estação homologada do posto.

Item 2 – Monitor Full HD

Quantidade: 01 unidade.

Monitor novo, sem uso anterior, para utilização na estação de trabalho do posto, devendo possuir, no mínimo:

- a) tela de **23,8 polegadas**, ou superior próxima, desde que plenamente compatível com a estação;
- b) resolução mínima **Full HD (1920 x 1080)**;
- c) conexão compatível com o desktop ofertado;
- d) alimentação e cabos necessários ao funcionamento;
- e) compatibilidade com o posto de identificação, tomando-se como referência técnica os modelos **Dell 23.8 S2421HN** e **LG 23.8 24BH650U**, admitido similar compatível.

O fornecedor deverá ofertar monitor que corresponda funcionalmente ao padrão homologado, não sendo suficiente tela de especificação inferior ou incompatível com a estação.

Item 3 – Mouse óptico USB com fio

Quantidade: 01 unidade.

Mouse óptico novo, sem uso anterior, com conexão **USB**, funcionamento por fio, compatível com o desktop ofertado, contendo, no mínimo:

- a) sensor óptico;
- b) dois botões principais e botão de rolagem;
- c) cabo em extensão suficiente para uso em estação de trabalho;
- d) compatibilidade com sistema operacional do equipamento ofertado.

Item 4 – Teclado padrão ABNT2

Quantidade: 01 unidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



Teclado novo, sem uso anterior, padrão **ABNT2**, com conexão **USB**, funcionamento por fio, compatível com o desktop ofertado, contendo, no mínimo:

- a) teclas padrão brasileiro com tecla “ç”;
- b) teclado numérico lateral;
- c) cabo em extensão suficiente para uso em estação de trabalho;
- d) compatibilidade com sistema operacional do equipamento ofertado.

Item 5 – Impressora multifuncional

Quantidade: 01 unidade.

Impressora multifuncional nova, sem uso anterior, destinada ao Posto de Identificação, devendo possuir, no mínimo, as funções de **impressão, digitalização e cópia**, com as seguintes características mínimas:

- a) scanner com resolução óptica mínima de **500 dpi**, em conformidade com o Anexo I do Plano de Trabalho;
- b) interface de conexão compatível com a estação de trabalho;
- c) alimentação elétrica e cabos necessários ao funcionamento;
- d) fornecimento com consumível inicial e pronta para uso;
- e) compatibilidade com o ambiente operacional do posto.

Não atende ao edital equipamento sem função scanner, com scanner abaixo de 500 dpi ou sem condições de integração à estação do posto.

Item 6 – Mesa estação de trabalho em formato L

Quantidade: 01 unidade.

Mesa nova, sem uso anterior, em formato **L**, destinada ao posto de identificação, adequada para acomodação da estação de trabalho, impressora e periféricos, devendo possuir, no mínimo:

- a) tampo em MDP, MDF ou material equivalente de resistência compatível com uso administrativo;
- b) acabamento superficial resistente ao uso cotidiano;
- c) estrutura estável, com sapatas ou solução equivalente de apoio;
- d) formato em “L”, apto a organizar estação operacional do posto;
- e) dimensões compatíveis com uso administrativo regular, não sendo admitido móvel de porte incompatível com a finalidade;
- f) fornecimento com todas as peças, ferragens, acessórios e montagem, quando necessária.

Item 7 – Cadeira giratória de escritório com braços

Quantidade: 01 unidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



Cadeira giratória nova, sem uso anterior, destinada ao posto de identificação, devendo possuir, no mínimo:

- a) base com rodízios;
- b) sistema de regulação de altura;
- c) braços laterais;
- d) assento e encosto adequados ao uso administrativo;
- e) estrutura resistente e compatível com uso contínuo de escritório;
- f) fornecimento com todos os acessórios e montagem, quando necessária.

A cadeira ofertada deverá corresponder ao núcleo do conjunto de mobiliário indicado no Anexo I, não sendo admitida cadeira fixa, sem braços ou incompatível com uso administrativo regular.

Item 8 – Câmera digital

Quantidade: 01 unidade.

Câmera digital nova, sem uso anterior, destinada à estação de captura do Posto de Identificação, devendo possuir características compatíveis com a solução homologada, atendendo, no mínimo, ao seguinte:

- a) câmera digital do tipo DSLR ou equivalente tecnicamente compatível com o sistema do posto;
- b) sensor e resolução compatíveis com o padrão de fotografia para identificação civil, tomando-se como referência técnica **Canon Rebel T7** ou **Canon Rebel T100**;
- c) interface de conexão com a estação de trabalho;
- d) lente compatível com a finalidade de captura fotográfica do posto;
- e) bateria, carregador e acessórios originais indispensáveis ao funcionamento;
- f) compatibilidade com alimentação externa contínua compatível com a solução do posto, tomando-se como referência a **fonte ACK-E10**;
- g) compatibilidade com a integração operacional da estação de captura.

Para fins deste edital, não será aceita câmera de uso meramente recreativo ou equipamento que, embora digital, não guarde aderência funcional com a solução homologada para o posto.

Item 9 – Leitor biométrico

Quantidade: 01 unidade.

Leitor biométrico novo, sem uso anterior, destinado à coleta biométrica do posto, devendo ser compatível com o sistema utilizado na unidade e atender, no mínimo, ao seguinte:

- a) conexão compatível com a estação de trabalho;
- b) aptidão para captura biométrica em ambiente de identificação civil;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



c) compatibilidade com a solução do posto, tomando-se como referência técnica **Akiyama Kojak-AK** ou **Cogent 3M CS500e**;

d) fornecimento com cabos, acessórios e drivers/manuais necessários ao funcionamento.

O item ofertado deverá corresponder, material e funcionalmente, ao leitor biométrico apto ao posto, não sendo suficiente equipamento de leitura sem comprovação de compatibilidade.

Item 10 – Kit flash

Quantidade: 01 unidade.

Kit de iluminação auxiliar novo, sem uso anterior, destinado à estação de captura fotográfica do posto, devendo ser fornecido como **conjunto completo**, compreendendo, no mínimo:

a) **01 flash auxiliar** compatível com a estação de captura, tomando-se como referência técnica o **Mako ID Bio**;

b) **01 gerador** compatível com o sistema de iluminação ofertado;

c) **01 tripé** compatível com o conjunto;

d) **01 cabo fotosensor** compatível com o sistema;

e) todos os acessórios, conexões e componentes necessários ao funcionamento integrado do kit no posto.

Este item deve corresponder integralmente ao “Kit Flash: 1 Flash ID-Bio, 1 Gerador ID-Bio, 1 Tripé ID-Bio, 1 Cabo Fotosensor ID-Bio” previsto no cronograma do Plano de Trabalho, não sendo admitida oferta parcial, incompleta ou de conjunto incapaz de operar com a estação de captura.

Item 11 – Pad de assinatura

Quantidade: 01 unidade.

Pad de assinatura novo, sem uso anterior, do tipo mesa digitalizadora, destinado à coleta de assinatura no Posto de Identificação, devendo atender, no mínimo, ao seguinte:

a) conexão compatível com a estação de trabalho;

b) funcionamento adequado para captura de assinatura digital;

c) fornecimento com caneta, cabos e acessórios necessários ao uso;

d) compatibilidade com o sistema do posto, tomando-se como referência técnica o **Akiyama AK560**.

Não será aceito dispositivo genérico de entrada gráfica sem demonstração de compatibilidade funcional com a solução do posto.

Item 12 – Miniestúdio com painel antirreflexo e banquetas

Quantidade: 01 unidade.

Miniestúdio novo, sem uso anterior, destinado à captura fotográfica do Posto de



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



Identificação, devendo compreender, no mínimo:

- a) estrutura de suporte/biombo para fotografia;
- b) **painel antirreflexo;**
- c) **banqueta** compatível com a operação;
- d) configuração apta a padronizar a captura fotográfica do posto;
- e) compatibilidade com a solução técnica homologada, tomando-se como referência **Mako, 1Toque** ou **Akiyama**.

A oferta deverá corresponder ao ambiente físico mínimo de captura previsto no cronograma e no Anexo I, não sendo suficiente a entrega de fundo avulso, biombo isolado ou item incompleto.

Item 13 – Nobreak 1200VA

Quantidade: 01 unidade.

Nobreak novo, sem uso anterior, destinado à proteção elétrica da estação do posto, devendo atender, no mínimo, ao seguinte:

- a) potência nominal mínima de **1200 VA;**
- b) compatibilidade com a alimentação elétrica dos equipamentos do posto;
- c) número de tomadas suficiente para a finalidade a que se destina;
- d) proteção contra oscilações e interrupções de energia compatível com uso administrativo;
- e) fornecimento com cabos, manuais e acessórios necessários;
- f) compatibilidade com o padrão homologado, tomando-se como referência técnica o **SMS 1200va**.

O item ofertado deverá ser apto a compor a infraestrutura de apoio e proteção elétrica do posto, em aderência ao Anexo I do Plano de Trabalho.

5. Regra geral de equivalência e comprovação técnica

Nos itens em que este Termo de Referência utiliza marcas ou modelos como **referência técnica**, a indicação não tem por objetivo restringir indevidamente a competição, mas traduzir, em linguagem objetiva, o padrão de compatibilidade exigido pelo documento de origem do processo. Assim, será admitido produto equivalente ou similar, **desde que comprovadamente compatível** com a finalidade do posto e com as exigências técnicas do edital. A possibilidade de indicação de marca ou modelo, quando formalmente justificada, é prevista na Lei 14.133.

O ônus de comprovar a equivalência/compatibilidade será do licitante, mediante apresentação de catálogo, ficha técnica, prospecto, manual do fabricante, declaração técnica do fabricante/importador/distribuidor autorizado ou outro documento idôneo que permita aferição objetiva pela Administração.

6. Quantidades



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



Será licitada **01 unidade de cada item**, conforme orçamento estimado já consolidado na fase preparatória.

7. Natureza do objeto e critério de julgamento

O objeto possui natureza de **bens comuns**, com especificações passíveis de definição objetiva em edital, razão pela qual a forma adequada de seleção é o **pregão eletrônico**, com critério de julgamento de **menor preço POR LOTE**. A Lei 14.133 trata o pregão como modalidade própria para esse tipo de aquisição.

8. Valor estimado da contratação

Com base na cotação de preços juntada aos autos, o valor global estimado da contratação é de **R\$ 29.326,48**, distribuído em 13 itens.

9. Aceitabilidade da proposta e documentação técnica

A proposta deverá observar integralmente as especificações deste Termo de Referência.

O edital deverá prever que o licitante provisoriamente vencedor apresente, para os itens em que a compatibilidade técnica seja relevante à validação da oferta, **documentação técnica suficiente** para análise da Administração, notadamente catálogo, ficha técnica, manual ou documento equivalente.

Se o item ofertado for apresentado como equivalente ou similar ao referencial técnico indicado, a documentação deverá demonstrar de forma clara a aderência funcional ao objeto.

A Administração poderá promover diligência para esclarecer dúvida técnica, vedada a substituição substancial da proposta.

10. Entrega, montagem e condições de execução

Os bens deverão ser entregues no prazo máximo de **30 dias corridos**, contados do recebimento da ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente, salvo prazo diverso expressamente fixado no edital ou no contrato.

A entrega ocorrerá na sede da Câmara Municipal de Tiros/MG ou em outro local formalmente indicado pela contratante, compatível com a implantação do Posto de Identificação.

Serão de inteira responsabilidade da contratada todos os custos de frete, carga, descarga, transporte, seguro, montagem, instalação física do mobiliário e entrega dos bens em condições de uso.

11. Recebimento provisório e definitivo

O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, para conferência quantitativa, integridade física aparente e verificação inicial dos itens.

O recebimento definitivo ocorrerá após análise qualitativa e técnica, com verificação da conformidade dos bens com este Termo de Referência, inclusive quanto à compatibilidade, funcionamento, completude dos acessórios e documentação técnica.

O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios ocultos, defeitos, inconsistências ou inadequações posteriormente constatadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



12. Garantia

Os bens deverão possuir **garantia mínima de 12 meses**, contados do recebimento definitivo, sem prejuízo de garantia legal superior ou garantia contratual mais extensa oferecida pelo fabricante ou fornecedor.

Durante o período de garantia, a contratada deverá promover, às suas expensas, reparo, substituição ou solução equivalente do item defeituoso, em prazo razoável a ser fixado no edital/contrato.

13. Obrigações da contratada

São obrigações da contratada, além de outras previstas no edital e no contrato:

- a) fornecer bens novos, sem uso, em plena conformidade com este Termo de Referência;
- b) entregar os itens completos, com acessórios, cabos, manuais e componentes necessários ao uso;
- c) assegurar a compatibilidade técnica dos itens com a finalidade do posto;
- d) substituir, corrigir ou reparar item entregue em desacordo com o edital, com defeito ou sem a documentação técnica necessária;
- e) arcar com todos os custos diretos e indiretos da execução;
- f) observar os prazos assumidos;
- g) prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados pela Administração.

14. Obrigações da Câmara Municipal de Tiros

Compete à Câmara:

- a) emitir ordem de fornecimento ou instrumento equivalente;
- b) receber provisoriamente e definitivamente os bens;
- c) verificar a conformidade dos itens entregues;
- d) rejeitar o que estiver em desacordo com este Termo de Referência;
- e) acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
- f) efetuar o pagamento após o recebimento definitivo e a regular liquidação da despesa.

15. Fiscalização e gestão contratual

A execução será acompanhada por gestor e fiscal formalmente designados, competindo-lhes registrar ocorrências, exigir correções, atestar recebimento, comunicar irregularidades e praticar os atos ordinários de acompanhamento da contratação, nos termos da Lei 14.133.

16. Pagamento



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo dos bens, apresentação da documentação fiscal regular e liquidação da despesa, em prazo a ser previsto no edital e no contrato, observada a legislação aplicável e a rotina financeira da Câmara.

17. Qualificação técnica mínima

Sem prejuízo das demais exigências editalícias, poderá ser exigida do licitante ao menos **01 atestado de capacidade técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove fornecimento anterior de bens compatíveis em características com o objeto licitado, admitindo-se somatório de atestados para fins de demonstração de aptidão.

A exigência deverá ser redigida sem excesso, de modo a comprovar aptidão mínima sem restringir indevidamente a competição.

18. Sanções

O edital e o contrato deverão prever as sanções cabíveis para inexecução total ou parcial, atraso injustificado, recusa em assinar contrato ou retirar instrumento equivalente, entrega de item em desacordo com as especificações, comportamento inidôneo e demais hipóteses previstas na Lei 14.133.

19. Conclusão

O presente Termo de Referência foi elaborado para traduzir, em especificações claras, objetivas e auditáveis, os bens efetivamente licitados pela Câmara Municipal de Tiros para implantação do Posto de Identificação, preservando a coerência com o documento de origem do processo, com a pesquisa de preços já realizada e com a necessidade de compatibilidade técnica da solução adotada para o posto.

Tiros/MG, 08 de abril de 2026.

Matheus Lucas de Camargos Cardoso

Responsável pela elaboração do TR



ANEXO II DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no endereço _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____,

Carteira de Identidade R.G. nº _____ e CPF nº _____

DECLARA que seus sócios ou funcionários não possuem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

_____ (Local) _____, _____ de _____ de _____

(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Apresentamos nossa proposta para o fornecimento do objeto deste Pregão, acatando todas as estipulações consignadas no Edital, conforme abaixo:

Valor total

Valor total da proposta (expresso em algarismos e por extenso):

(no preço proposto, que constituirá a única e completa remuneração, deverão ser computados o lucro e todos os custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras obrigações inerentes ao fornecimento dos itens, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título.)

Prazo de Entrega: Cond. Pagamento:

Local de Entrega:

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias contados da data limite prevista para entrega das propostas.

DADOS DA EMPRESA:

Razão Social:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Inscrição Municipal:

Endereço:

CEP:

Telefone: ()

E-mail:

INFORMAÇÕES DA FORMA DE PAGAMENTO: Banco:

Agência:

Contato Corrente:

INFORMAÇÕES PARA ASSINATURA DO TERMO CONTRATUAL:

Nome do Signatário:

Nacionalidade:

Naturalidade:

Estado Civil:

Cargo:

Residente e Domiciliado:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



CPF:

Carteira de Identidade:

Órgão Expedidor:

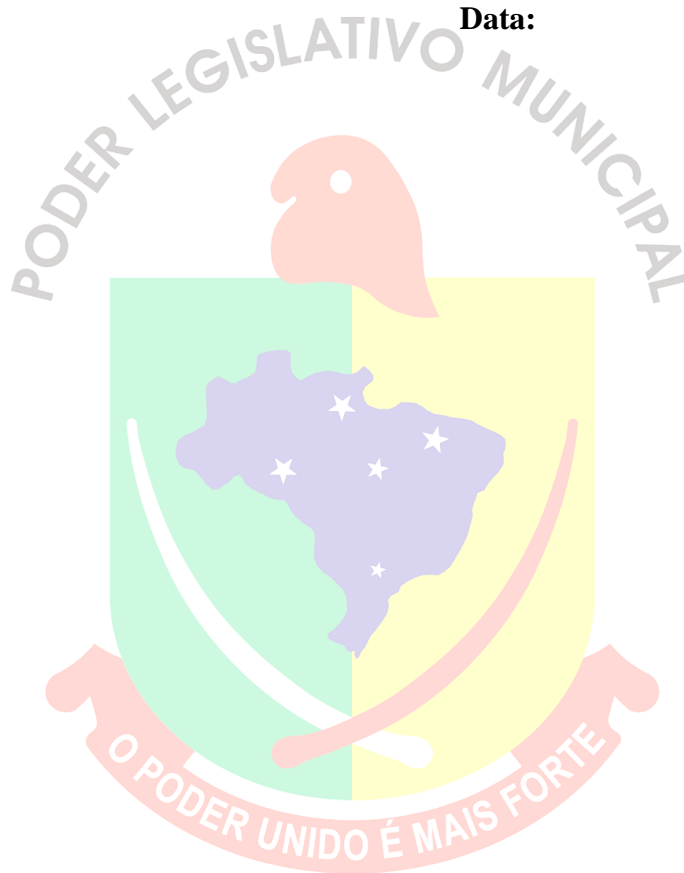
....., de de 2026.

assinatura do Representante Legal da Licitante Nome:

Nº Cédula de Identidade:

Assinatura:

Data:





CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



ANEXO IV

NÃO EMPREGADOR DE MENOR

DECLARAÇÃO

Ref.: Processo - /2026

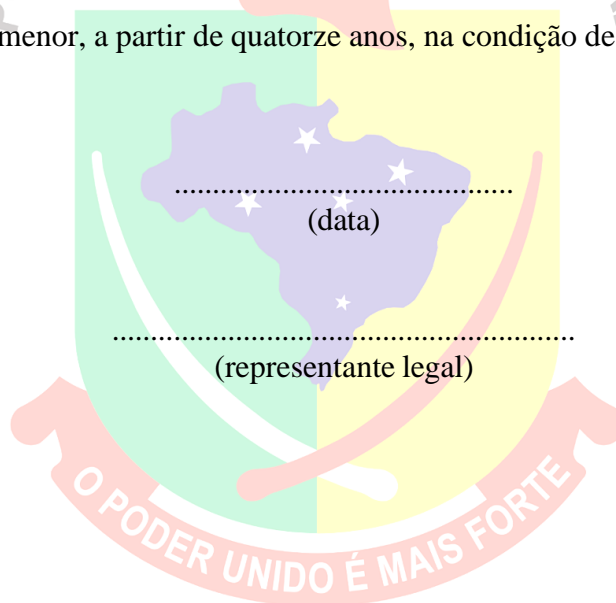
Pregão Eletrônico /2026

Objeto: Aquisição de equipamentos e mobiliário destinados à implantação do Posto de Identificação da Polícia Civil no Município de Tiros/MG, em cumprimento ao Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2026/IDENT/PCMG.

....., inscrito no CNPJ nº , por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a).

....., portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº ,
DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21 acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().





ANEXO V MINUTA DO CONTRATO

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS/MG, CNPJ nº _____, com sede na _____ - Tiros/MG, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Presidente, Sr. _____ e a CNPJ nº _____, com sede na _____ a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, resolvem firmar o presente contrato para Aquisição de equipamentos e mobiliário destinados à implantação do Posto de Identificação da Polícia Civil no Município de Tiros/MG, em cumprimento ao Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2026/IDENT/PCMG, como especificado no seu objeto, em conformidade com o Processo Licitatório nº _____/2026, na modalidade Pregão Eletrônico nº _____/2026, sob a regência da Lei Federal de nº 14.133, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 Aquisição de equipamentos e mobiliário destinados à implantação do Posto de Identificação da Polícia Civil no Município de Tiros/MG, em cumprimento ao Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2026/IDENT/PCMG, conforme especificações do edital, do Termo de Referência, da proposta vencedora e deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO E DA LIQUIDAÇÃO

2.1. O pagamento será realizado, até 10(dez) dias contados da liquidação regular da despesa, mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais/Faturas.

2.2. A liquidação da despesa deverá ocorrer em até 10 (dez) dias a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

2.2.1. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, suspenderá os prazos de liquidação.

2.3. O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, cabendo ao contratado manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.4. Não será efetuado qualquer pagamento ao **CONTRATADO** enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

2.5. O preço referido no item 2.1, incluem todos os custos e benefícios decorrentes do fornecimento do produto, de modo a constituírem a única e total contraprestação pela execução do contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



2.6. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será de 5 (cinco) dias úteis contado a partir da regularização dos mesmos e sua reapresentação.

2.7. A Câmara Municipal de Tiros/MG poderá sustar o pagamento a que a contratada tenha direito enquanto não sanados os defeitos, vícios, incorreções ou pendências resultantes da contratação, inclusive multa regularmente aplicada.

2.8. Os pagamentos efetuados à **CONTRATADA** não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do contrato, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO

3.1. Por força das Leis Federais nº 9.069/95 e 10.192/2001, o valor do contrato será reajustado mediante iniciativa da CONTRATADA, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado ou do último reajuste, tendo como base a variação de índice oficial.

3.2. Decorrido o prazo acima estipulado, os preços unitários serão corrigidos monetariamente pelo INPC (IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.

3.3. A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do INPC (IBGE) ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

4.1. O objeto será entregue na sede da Câmara Municipal de Tiros/MG, ou em outro local formalmente indicado pela contratante, mediante ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente.

4.2. Por motivo de força maior, a entrega poderá ser realizada, mediante autorização e aviso prévio, em outro local.

4.3. O recebimento do objeto, será efetuado pelo fiscal do contrato, após a verificação da quantidade e qualidade dos mesmos e consequente aceitação, obrigando o licitante vencedor a reparar, corrigir, substituir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da contratação em que se verifiquem defeitos ou incorreções.

4.4. O acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado caberão ao gestor e ao fiscal formalmente designados pela Câmara Municipal, observados os arts. 117 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

4.5. Na ocorrência de atrasos na entrega, o **CONTRATANTE** poderá aplicar as penalidades previstas neste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES



1.1.1.1 São obrigações das partes:

I – DO CONTRATANTE:

- a) Notificar a **CONTRATADA** através da Secretaria da Câmara Municipal, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas no fornecimento do objeto.
- b) Expedir atestado de inspeção do fornecimento, que servirá de instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e do pagamento devido.
- c) Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades necessárias.
- d) Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos deste contrato.

II – DA CONTRATADA:

Fornecer o objeto em estrita conformidade com o edital, o Termo de Referência, a proposta vencedora e este contrato, responsabilizando-se integralmente pela qualidade, compatibilidade e adequação dos bens entregues.

Substituir, reparar, complementar ou corrigir, às suas expensas e no prazo fixado pela Administração, o objeto que apresentar defeito, avaria, vício, incompatibilidade ou qualquer desconformidade com as especificações contratadas.

Responder pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução contratual, sem exclusão da fiscalização administrativa.

Arcar com todos os tributos, fretes, seguros, encargos, despesas diretas e indiretas, bem como com os custos necessários ao fornecimento, entrega, montagem, instalação, configuração, garantia e assistência técnica, quando cabíveis.

Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Apresentar, quando solicitado, os documentos, manuais, certificados, garantias, catálogos e demais comprovantes necessários ao recebimento do objeto e à verificação de sua conformidade.

Observar a vedação de subcontratação não autorizada e as demais restrições legais e contratuais aplicáveis.

CLÁUSULA SEXTA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação correrão pelas dotações orçamentárias

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência deste contrato será até ____ / ____ / ____, contado da data de sua assinatura.

7.2. A vigência contratual e eventual prorrogação observarão exclusivamente as hipóteses legalmente cabíveis e a natureza do objeto contratado, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.



CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. A CONTRATANTE poderá rescindir o Contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a) O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos, por parte da CONTRATADA.
- b) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA.
- c) O descumprimento contratual será apurado conforme a Lei nº 14.133/2021 e as cláusulas deste instrumento, vedada a aplicação de penalidades dissociadas da natureza do objeto contratado.
- d) Razões de interesse público ou na ocorrência das hipóteses dos arts. 137, 138 e 139 do Estatuto das Licitações.
- e) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Incorre em infração administrativa o contratado que praticar qualquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, especialmente dar causa à inexecução parcial ou total do contrato, retardar injustificadamente a entrega do objeto, deixar de manter a proposta, deixar de apresentar documentação exigida, recusar-se injustificadamente a assinar o contrato, entregar o objeto em desconformidade com as especificações, apresentar declaração ou documentação falsa, fraudar a licitação, comportar-se de modo inidôneo ou praticar ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013.

Pela prática de infração administrativa, a contratada ficará sujeita, observados o contraditório e a ampla defesa, às sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, nos termos dos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

A multa observará, preferencialmente, os seguintes parâmetros: a) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 10% (dez por cento); b) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, em caso de recusa injustificada em assinar o contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente; c) multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do contrato, conforme a gravidade do inadimplemento, nas hipóteses de inexecução parcial, inexecução total ou entrega em desconformidade com as especificações.

A aplicação das sanções considerará a natureza e a gravidade da infração, os danos causados à Administração, as circunstâncias do caso concreto, os antecedentes da contratada e a proporcionalidade da medida adotada.

O pagamento da multa não exime a contratada do dever de reparar integralmente os prejuízos causados nem da obrigação de corrigir, substituir ou complementar o objeto, quando cabível.

As sanções aplicadas serão registradas na forma da lei e publicadas pelos meios oficiais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

10.1. O extrato do presente contrato será publicado no PNCP e no meio oficial de divulgação adotado pela Câmara Municipal, conforme disposto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da comarca de Tiros, para solucionar quaisquer dúvidas quanto à



CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



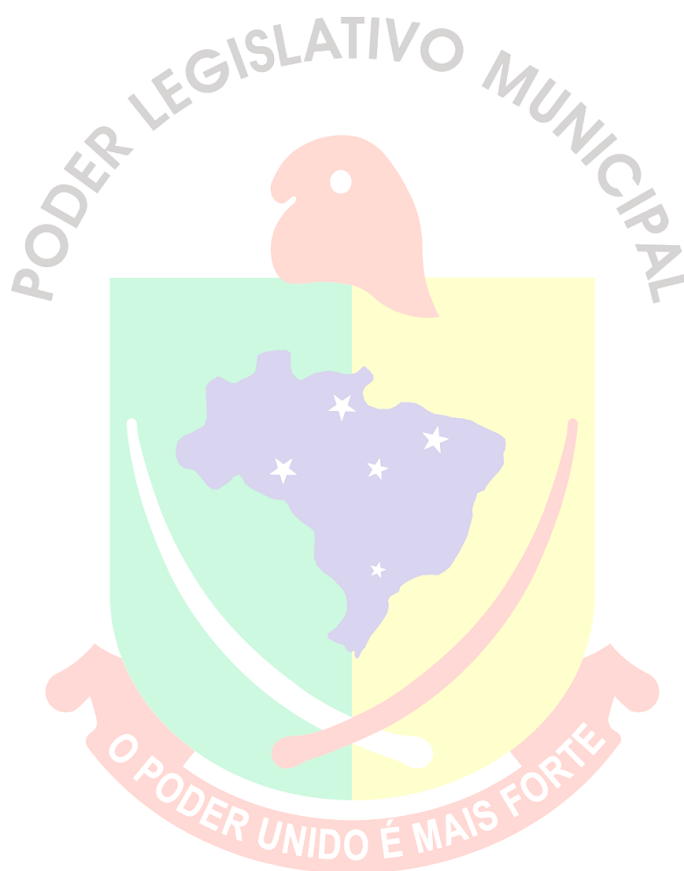
execução do presente contrato.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tiros, __de _____de 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS/MG

CONTRATADA





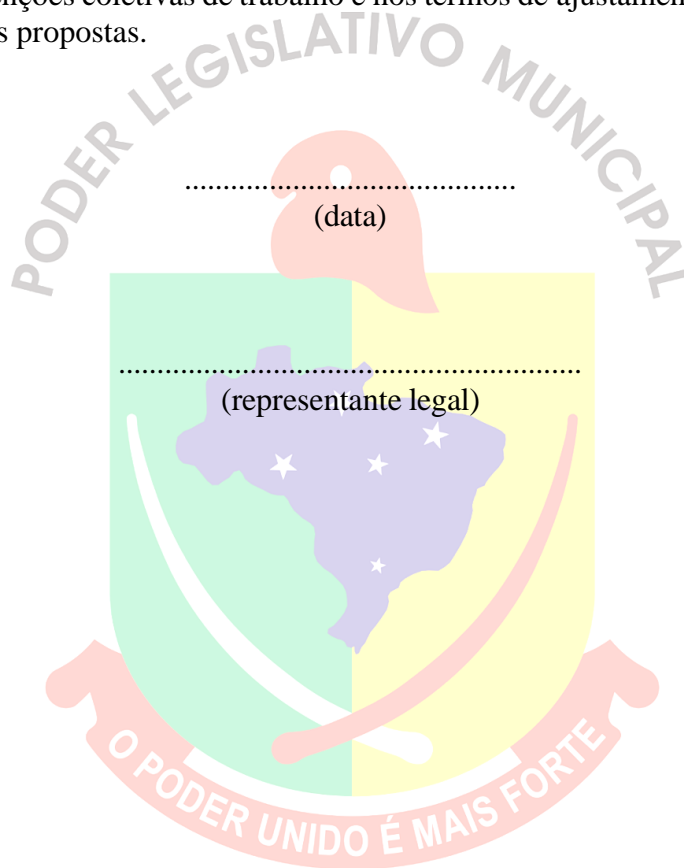
CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a).
....., portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA
que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos
direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas
infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes
na data de entrega das propostas.





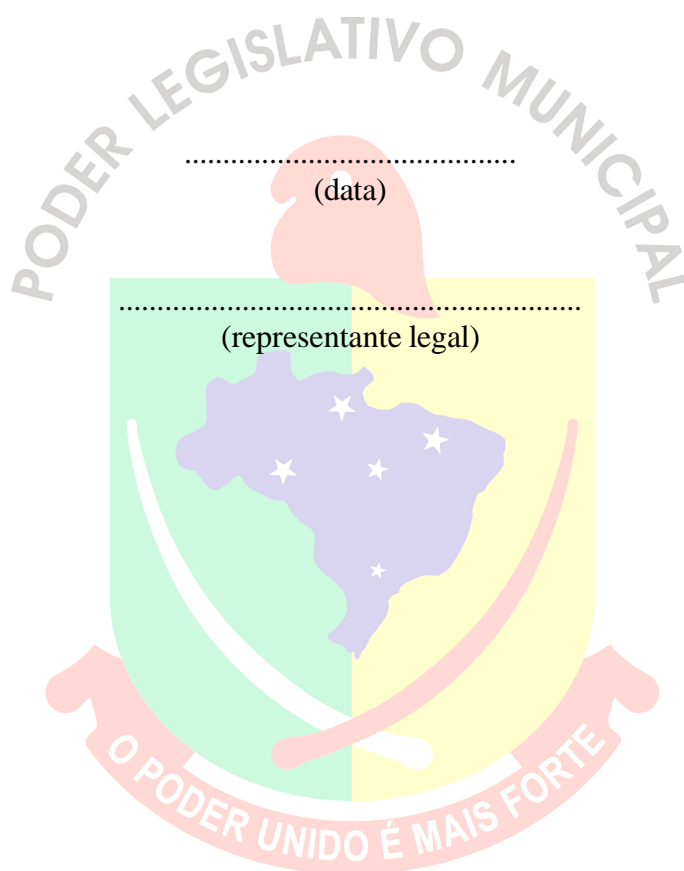
CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA A REABILITAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) , portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº , DECLARA que cumprirá, caso aplicável, as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas.

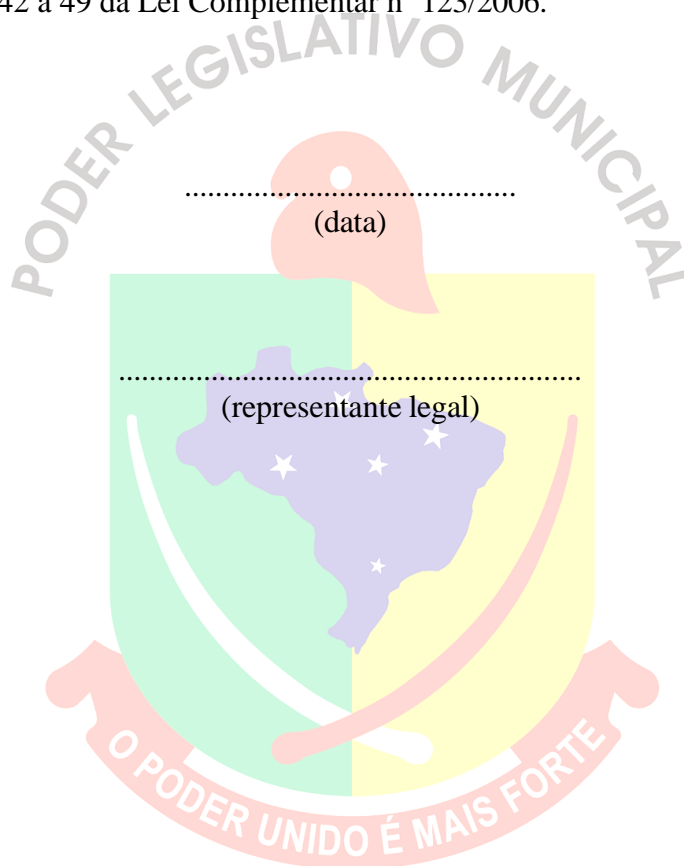




ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE QUE PODE USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS DE ME E EPP

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA para todos os efeitos legais, que, no ano calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.





CÂMARA MUNICIPAL DE TIROS

